

Ameaçado, Sarney parte para a divisão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Tem o presidente José Sarney o direito de comportar-se como um general-presidente, levantando diante dos militares velhas e rançosas ladainhas de horror aos políticos e às forças civis? Dispõe s. exa. da prerrogativa de colocar em dúvida a transição democrática que ele mesmo precisa conduzir, ou de verberar grupos que não nomeia, mas acusa de conspirarem a democracia, negando seus valores e utilizando-a para matar a liberdade num processo suicida?

Essa história já ouvimos, durante 21 anos, tendo dado no que deu. O presidente tenta excitar os pruridos castrenses, tem freqüentado como nunca as solenidades militares e, em todas elas, aproveitado para desenvolver raciocínios perigosos. Teses que partem da divisão do País entre os que cumprem o seu dever democrático — as Forças Armadas — e os que não cumprem — o Congresso, os partidos e os políticos. Tudo porque estes ameaçam reduzir-lhe o mandato para quatro anos, enquanto aqueles, ao menos pela palavra de seus ministros, não aceitam a redução.

Só que não é bem assim. Os ministros militares têm o dever político da solidariedade para com seu comandante-chefe, e, se falam (até demais) na necessidade de serem mantidos os cinco anos, o fazem em nome pessoal, mais como ministros, menos como militares. Não poderão pretender falar pelas respectivas instituições que comandam, nesse particular. Arriscam-se a não representá-las, porque os militares, apesar das distorções do passado recente, são povo, como os civis. E estarão compartilhando dos mesmos sentimentos gerais verificados no País. Integram-se naqueles 62% que querem eleições já, e não apenas para presidente da República, mas para todos os cargos eletivos. A mais recente pesquisa do Ibope apenas se acopla a muitas anteriores. Revela diante do governo a insatisfação generalizada no meio social, do qual também fazem parte oficiais, sargentos e soldados. Pudessem ser realizada uma sondagem de opinião específica, nos quartéis, e talvez os números fossem superiores a 62%, em favor de eleições.

Fica incompreensível, assim, ver o presidente da transição democrática levantar fantasmas que se imaginava exorcizados. Tentar consciente ou inconscientemente rachar outra vez o Brasil, dividindo-o entre os que usam e os que não usam farda. Sarney pretenderá o que, com essa escalada radical? Utilizar os militares como força de pressão sobre a Assembléia Nacional Constituinte? Se for só isso, trata-se de uma ingenuidade, pois, se puder colocar em movimento político a instituição armada, apenas para assustar, verificará pelas lições da História que ela geralmente não volta atrás. Haverá, então, o grande impasse. A mágica feita pelo aprendiz de feiticeiro costuma voltar-se contra ele.

Na quarta-feira registrou-se uma coincidência. No tombadilho do navio-escola "Brasil", no arsenal de Marinha, o presidente José Sarney falava aos militares. Na mesma hora, também no Rio, o deputado Fernando Lyra ouvia mili-

tares. No apartamento de um amigo, o ex-ministro da Justiça recebeu informações preciosas. Voltou otimista a Brasília, preferindo não identificar os interlocutores, mas certo de que a posição dos ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado-Maior das Forças Armadas está sendo absorvida nos meios castrenses como meramente política. Não exprime opiniões místicas, senão um natural sentimento de lealdade daqueles oficiais-generais para com Sarney.

Pessoalmente, poderão estar imaginando crises, impasses e até convulsões, se aprovados os quatro anos, mas seus pontos de vista não significam mobilização das Forças Armadas para contrapor-se a decisões da Assembléia Nacional Constituinte. Por enquanto, pelo menos. Porque o perigo, diz Fernando Lyra, é se o presidente da República continuar bateendo na mesma tecla. Nesse caso, os níveis se elevarão, no termômetro institucional. O parlamentar pernambucano desenvolve raciocínio curioso. Para ele, estamos muito longe da hipótese da "bordaberrização" de Sarney, que não passa pelo risco de vir a ser tutelado pelos militares. Ao contrário, dá a impressão de pretender utilizar os militares em proveito de seus interesses. Para Lyra, cada entrevista ou opinião dos três ministros, ainda que formulada sem a intenção, cai como um petardo sobre a cabeça de deputados e senadores, temerosos da repetição de acontecimentos passados no regime anterior.

De tudo, conclui-se: não há, ainda, movimento militar, nem ebulição. As Forças Armadas não parecem dispostas a virar a mesa caso o ponto de vista de seus ministros acabe derrotado na Assembléia Nacional Constituinte. No entanto, a continuarem as coisas como vão, poderá a conjuntura política colocá-las em delicada situação. Num caminho sem volta, possivelmente agravado pela ação de radicais, que não perderão a oportunidade de apregoar "a derrota dos militares", mesmo diante da derrota, apenas, dos desejos do presidente da República e de seus ministros de permanecer cinco anos no poder.

Há que meditar sobre o processo em curso. Crises meramente políticas não precisam necessariamente transformar-se em crises castrenses. Mas podem.

Sobre as decisões cruciais que os constituintes tomarão na próxima semana, sobre sistema de governo e mandatos presidenciais, tudo continua como ontem. Na mais perfeita confusão. Mais ou menos como às vésperas de um Fla-Flu, ou de um Corinthians e São Paulo. Quem for consultar um dos times ouvirá de técnicos, dirigentes e jogadores que a vitória está garantida, por mil e um argumentos e esperanças. Pior ficará se entrevistar torcedores, ainda mais apaixonados. Não dá para acreditar em nenhuma previsão formulada por presidencialistas e parlamentaristas, ou por adeptos dos quatro ou dos cinco anos. As listas se cruzam em conflito permanente e até as informações se chocam. Não poderia ser de outro modo. Só na votação, quando ela começar, saberemos com exatidão a quantas andamos. Ou para onde vamos.

(C.C.)